



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA
EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 10.07.20

Aos dez dias do mês de julho do corrente ano de 2020, reuniram-se, por videoconferência: o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro Paulo Curi Neto, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Euler P. P. de Mello, ambos representando esta Egrégia Corte de Contas; o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC/RO), Adilson Moreira de Medeiros, bem como a Excelentíssima Procuradora de Contas Yvonete Fontinelle de Melo; o Excelentíssimo Senhor Desembargador Isaías Fonseca Moraes, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico; o Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Presidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), César Miola; o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, bem como a Diretora Administrativa e Financeira da SEDUC, Senhora Marta Souza Costa Brito; o Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RO), Horácio Batista Guedes; o Senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo; a Senhora Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RO), Ana Lúcia Dias Carneiro; o Senhor representante/Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (AROM), Roger André Fernandes; o Senhor Secretário de Finanças (SEFIN), Luiz Fernando Pereira da Silva e, representando o Instituto Articule, a Senhora Alessandra Gotti e o Senhor Ismar Barbosa da Cruz, a fim de deliberarem sobre a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionadas ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

A representante do Articule abriu a reunião abordando, além dos pontos de pauta já relatados, um ponto de pauta adicional solicitado pelo Secretário Suamy, que se refere à apresentação do Conselho Estadual de Educação sobre o monitoramento das ações pedagógicas. Por fim, passou a mediação da reunião para o Senhor Ismar da Cruz, também representante do Articule.

Ato contínuo, o Senhor Ismar informou que o boletim das ações e avanços já alcançados por meio do GAEPE e passou a palavra ao Conselheiro estadual de educação, Senhor Agenor, para apresentar o monitoramento supracitado. Nesta senda, o Conselheiro passou a palavra para a Conselheira suplente, que representa a comissão criada especialmente para a atuação nesse monitoramento, que foi embasada pela Resolução 1253/20, a qual estabelece normas orientadoras, em caráter excepcional dentre outras providências, para a reorganização do calendário escolar de 2020 e faculta a oferta das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

atividades não presenciais; e pela Resolução 1256/20, publicada para complementar a resolução anterior e impor às escolas a obrigatoriedade de ofertar o ensino remoto aos discentes.

Em reuniões posteriores da comissão surgiram questionamentos de como se daria a contabilização das atividades, se seria possível monitorar o acesso e qualidade dos estudos desempenhados, e a frequência dos alunos, frente a isso elegeram a metodologia da alternância (rotatividade dos alunos entre atividades desempenhadas com a escola e outras para desenvolvimento no âmbito familiar) como a mais apropriada para melhor atender a tais impasses, a partir disso o acompanhamento das instituições será realizado pela plataforma em desenvolvimento.

O Coordenador do GAEINF indagou se existe alguma mudança na avaliação das fases da pandemia para o retorno e direcionou à SEDUC a incumbência de informar a população qual o planejamento e as condições necessárias para o retorno das aulas presenciais, devido à instabilidade que a falta dessas informações podem gerar na sociedade. Terminou parabenizando todos os partícipes do Gabinete pelos avanços já alcançados.

O Secretário da SEDUC respondeu que os boatos de que as aulas no Estado estariam suspensas até o fim do ano não procedem e que os estudos para o retorno mais breve e seguro possível continuam a ser desempenhados pela Secretaria e órgãos sanitários, como a Agevisa, e salientou que é um momento de muita cautela e prudência ao emitir informações.

A representante da AROM apresentou ao grupo a minuta de lei confeccionada para cumprir a resolução do GAEPE, que trouxe a condicionante da qual todos os entes municipais consigam manter, ao menos, o mínimo constitucional de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O documento supramencionado dispõe sobre a criação de um programa para o enfrentamento e manutenção da educação visando a proporcionar recursos financeiros, estimular o retorno, otimizar medidas que minimizem os impactos dos tempos de aulas remotas, financiar ações para aquisição dos insumos e equipamentos de proteção individual; e, por fim, a manutenção dos recursos condicionantes ao FUNDEB, destacando o artigo 4º da minuta.

Ato contínuo, o Secretário de Finanças do Estado teceu alguns comentários quanto ao comportamento da curva de contágio de como ela se correlaciona com as medidas citadas acima, e do impacto da mesma no avanço para as próximas fases, de acordo com a realidade de cada município. O Desembargador do TJ/RO manifestou-se sobre o financiamento, frisando a relevância de priorizar a educação e a saúde fundamentais nesse período, sugerindo que os demais órgãos deveriam dispor dos recursos de necessidades secundárias e das dotações orçamentárias que não estão em execução, para redirecioná-los aos dois pontos prioritários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

O representante do Articulado rememorou a preocupação do GAEPE com o planejamento orçamentário durante a pandemia, tendo ciência de que as despesas pedagógicas aumentariam, ao passo que as receitas como um todo diminuiriam; sendo assim fundamental que os gestores não apenas tenham um protocolo educacional sanitário seguro e adequado, como também garantam a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. Por essa razão, foi solicitado aos gestores uma estimativa da necessidade de aporte orçamentário para atender às despesas excepcionais.

A Diretora Administrativa e Financeira da SEDUC, Senhora Marta Souza Costa Brito, que ficou incumbida de apresentar as despesas, primeiramente abordou a importância dos treinamentos dos profissionais da educação e dos alunos, como também dos pais e responsáveis, e prosseguiu expondo o “Plano de biossegurança” (com supedâneo na Nota Técnica n. 53 da Agevisa, na Decisão Monocrática 68 e Recomendações do MP, MPC e OMS, que abrangem os materiais e os custos para a volta às aulas. Após o balanço estadual todas as despesas extraordinárias, como contratações temporárias, equipamentos de suporte para aulas remotas, material gráfico orientativo aos pais, máscaras protetoras de tecido, desinfetante com cloro, álcool em gel 70% e afins; ficaram orçadas em R\$ 95.869.334,79, e mencionou que na próxima sexta-feira, após discussões internas, terá apontamentos mais detalhados quanto às fontes desses recursos e, ainda, que um dos grandes desafios se dá pelo fato desses gastos atingirem também a gestão do próximo ano.

A Procuradora de Contas, Senhora Yvonete Fontinelle de Melo, indagou ao Secretário da SEDUC se já havia uma programação para o aproveitamento da mão de obra dos profissionais da educação que compõem o grupo de risco, tendo em vista o planejamento da aquisição de tablets para os discentes; e outro questionamento levantado foi acerca do modo de adquirir os materiais necessários: se consideraram fazer as compras por lotes, como uma forma de minimizar custos.

Destarte, o Secretário replicou que o Setor de recursos humanos da SEDUC já estuda maneiras de atribuir funções a cada grupo de profissionais e buscam meios como “auxílio internet” para esses professores que precisam continuar em *home office*, dividindo-os entre os que ministram as aulas na presença dos alunos e os que promovem avaliações e controlam a produção. Porém, acrescentou que ainda não existe um plano fechado sobre as observações da Procuradora, mas agradeceu suas observações e finalizou informando que buscará meios de atender esses pontos.

O Senhor Ismar da Cruz retomou a palavra e direcionou dois questionamentos à Diretora da SEDUC: o primeiro foi se no cálculo dos insumos para estimar os custos foi considerado o sistema de rodízio dos discentes entre atividades presenciais e remotas; e o segundo, se no quantitativo de álcool em gel 70% orçado está contabilizado o necessário no transporte escolar.

Neste sentido a Senhora Marta Souza Costa Brito, no tocante ao quantitativo de alunos, respondeu que o sistema de rodízio não foi considerado nos cálculos, pois, além de no final das fases o ensino voltar a ser apenas presencial, para que a licitação seja eficaz precisa contemplar insumos para 100% dos alunos, razão por que quantificaram nos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

cálculos os dias estudados. Complementou que o álcool em gel do transporte escolar não foi contabilizado, mas que está sendo elaborada uma cartilha, que ensina a higienização correta do veículo, endereçada aos responsáveis pelo transporte (empresa terceirizada) e como o pagamento é feito por quilometro rodado e o transporte está suspenso a diretora visualiza a aquisição do álcool necessário ao transporte escolar poderá ser contemplada em futura negociação com as empresas.

O Secretário da SEFIN explicou que em meio á esse cenário de incertezas, é de suma importância ter o “Plano de biossegurança” como ponto de partida para encaixar essas novas carências no Plano de Solvência (planejamento dos impactos, presentes e futuros, da pandemia nas finanças do Estado) e buscar de onde virão os recursos para arcar com esses efeitos. A partir disso, esclareceu que é preciso tempo para avaliação da equipe econômica porque parte dos recursos necessários para enfrentar esse aumento de custos deriva de medidas do Estado que estão em discussão com os demais poderes, especialmente duas: a devolução do excesso de arrecadação de 2019 e a repartição (ou não) do auxílio do governo federal para o enfrentamento da pandemia.

Com a palavra, a Professora França Helena ao tratar de duas pautas da reunião anterior, primeiramente comentou que o Coronel Gregório do Corpo de Bombeiros, após deliberação da Agevisa, informou que o órgão sanitário determinou o espaçamento de 1 metro e 30 centímetros dentro de sala de aula e de 2 metros nas áreas externas. Assim, inicialmente, as salas abrigariam apenas 30% das suas capacidades.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. O GAEPE sinalizou a necessidade de avaliar a estimativa de recursos a serem aplicados na educação em meio a realidade atual e se haverá possibilidade de fazer frente a essas novas despesas.

2. Devolutiva da SEDUC sobre o percentual de retorno, após reunião que realizará com a UNDIME e o Corpo de Bombeiros, bem como sobre a plataforma de busca ativa do Unicef, após reunião entre TCE, SEDUC e UNDIME.

Ficou marcada nova reunião para o dia 24.07.20, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fê.